

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.155.589 - RJ (2017/0207348-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : EDITORA GLOBO S/A  
**AGRAVANTE** : HUDSON LUIZ CORREA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ PERDIZ DE JESUS E OUTRO(S) - DF010011  
MARIA HELENA CALDAS OSÓRIO - RJ064624  
RENATA ALVES DE ARAÚJO - RJ129854  
TATHIANA HINDEN GOMES LOPES - RJ119979  
ANTONIO CARLOS PEREIRA DE LEMOS BASTO - RJ129215  
**AGRAVADO** : JOSE CARLOS PAES  
**ADVOGADO** : GUSTAVO KLOH - RJ104856

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. Ação indenizatória visando reparação de danos morais. Matéria jornalística com ampla repercussão, que imputa a um dos membros do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro a prática de tráfico de influência e corrupção passiva que até o final da apuração pelo competente órgão não havia sido comprovada.

Divulgação de conteúdo que se encontrava em poder das autoridades para investigação e já havia sido objeto de interpelação judicial pelo Ministério Público. Após a adoção das providências cabíveis para eventual responsabilização do culpado, a notícia não inédita deixa de ter caráter meramente informativo e passa a ser considerada uma tentativa desastrosa de mobilização da opinião pública. A liberdade de informação, apesar de assegurada pela Constituição da República, encontra o seu limite ao atingir direitos da personalidade que gozam dessa mesma garantia. Dano moral configurado. Sentença integralmente mantida na medida em que o valor indenizatório arbitrado se revela razoável e proporcional ao potencial lesivo do ato praticado. Precedentes deste Tribunal de Justiça.

RECURSOS DESPROVIDOS.”

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do especial, a parte recorrente alegou violação ao artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015, visto que o Tribunal de origem foi omissivo quanto

às questões referentes “ao cumprimento de obrigações de fazer (publicação de direito de resposta e retirada da reportagem de sítios de internet)”. Aduziu contrariedade aos artigos 188, I, 927 e 944 do Código Civil; 9, 10, 324 e 506 do Código de Processo Civil de 2015, bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse merece provimento, senão vejamos.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

Nos termos do artigo 1022, do Código do Processo Civil de 2015, cabem os embargos de declaração quando o tribunal se omitir quanto a ponto que deveria se pronunciar.

Da análise dos autos, verifico que o acórdão recorrido padeceu do referido vício, ante o não acolhimento dos embargos opostos pelo recorrido.

Com efeito, verifico que, de fato, não houve pronunciamento jurisdicional acerca das condenações impostas à parte recorrente de publicar o direito de resposta e retirar a reportagem de sítios de internet, questões levantadas quando da interposição da apelação e da oposição dos embargos de declaração, tendo o Tribunal estadual se limitado a afirmar que os pontos alegadamente omissos “foram devidamente sopesados pelo Magistrado de primeiro grau no julgamento da lide” (fls. 542/543 e-STJ).

Não poderia ter se furtado, portanto, a analisar as insurgências tempestivamente levantadas pela parte ora agravante, essenciais para o correto deslinde da controvérsia.

Nesses termos, tendo o Tribunal estadual permanecido silente quanto ao ponto suscitado e em razão das vedações impostas pela Súmula nº 7 do STJ, que impede a revisão do conjunto fático-probatório dos autos em sede de recurso especial, e da necessidade do substrato fático para o efetivo deslinde da questão, deve ser anulado o acórdão recorrido para que o Tribunal profira nova decisão.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535

DO CPC ACOLHIDA. EMBARGOS DE TERCEIRO. IMÓVEL PENHORADO. OMISSÃO QUANTO AOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CARACTERIZAÇÃO DA FRAUDE CONTRA CREDORES. RECURSO NEGADO.

1. O acórdão proferido pelo eg. Tribunal estadual manteve-se omissa ao não se pronunciar a respeito de questões levantadas pela parte ora agravada, e imprescindíveis para o adequado julgamento da causa, quais sejam: a) a existência de prévio registro imobiliário acerca da ação ou da penhora do bem; ou b) ter ficado comprovado pelo exequente, no caso, a má-fé dos adquirentes, ora embargantes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp 514.042/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 2/2/2016, DJe 16/2/2016)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 475-B, § 1º, DO CPC. OMISSÃO. HIPÓTESE PREVISTA NO ART. 535 DO CPC. EXISTÊNCIA. TELEFONIA FIXA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TARIFAS. APURAÇÃO DOS VALORES A RESTITUIR. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. INVERSÃO DOS ÔNUS PROBATÓRIOS. EXIBIÇÃO DE FATURAS. CORRETA FIXAÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR.

1. Os embargos declaratórios são cabíveis para a modificação do julgado que se apresenta omissa, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no julgado.

2. Com efeito, verifica-se que procede a afirmação da embargante acerca da existência de omissão quanto à suposta negativa de vigência do art. 475-B, § 1º, do CPC.

3. Merece prosperar o recurso especial quanto ao pleito referente à correta análise do valor a ser restituído aos recorrentes. Isso porque, em observância a inversão do ônus da prova deferido em primeira instância, cabe a empresa de telefonia, em sede de liquidação de sentença, a exibição das faturas e respectivos pagamentos, para a justa apuração do quantum debeatur.

Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos, para considerar prequestionada a tese de negativa de vigência do art.

475-B, § 1º, do CPC, para prover o recurso especial também no referido ponto.

(EDcl no AgRg no REsp 1525141/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 1/3/2016, DJe

8/3/2016)

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos à origem para que o Tribunal de origem se pronuncie sobre os pontos omissos.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

